



O lugar do PMDB na política brasileira: o limite das tipologias partidárias

Rafael Fantinel Lameira¹
Paulo Peres²

Resumo

Nesse artigo vamos apresentar uma discussão sobre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro e sua abordagem a partir das tipologias partidárias canônicas, mostrando os limites que essas tipologias estabelecem para a análise do partido. Vamos partir dos trabalhos acadêmicos para demonstrar como o PMDB não se encaixa nos modelos partidários tradicionais e, ao mesmo tempo, apresenta muitas características das principais tipologias partidárias canônicas. O partido apresenta uma série de especificidades que levam os pesquisadores a usar classificações diversas e divergentes. Especificidades essas, que são, justamente, sua força, tornando-o maior partido do Brasil, com grande capacidade de adaptação ao ambiente político e eficiente nas estratégias de busca pelo poder. Ao mesmo tempo, a busca de um modelo normativo, o partido de massas, faz com que frequentemente se classifique o PMDB no negativo, partido sem ideologia, sem projeto, deixando de lado ou desqualificando seu sucesso político e eleitoral. Essa miríade de classificações apontam justamente para sua organização dinâmica e complexa que a ortodoxia das tipologias não consegue captar.

Palavras-chave: PMDB; Partidos Políticos; Tipologias partidárias; Política brasileira.

Introdução

Nos anos 1970, o professor Fernando Henrique Cardoso definiu o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) como *o partido-ônibus* – um conglomerado de passageiros políticos diferentes que embarcaram num mesmo veículo para que, juntos, pudesse chegar ao mesmo ponto final, ou seja, o regime democrático (SERRA, José, 1997). A metáfora era bem clara e procura descrever a inusitada situação de um partido de oposição num regime autoritário: um ônibus aceita a todos; nele embarcava quem quisesse. Tendo ou não tal intenção, Cardoso, ele mesmo membro do partido, indicava que o MDB possuía as características centrais do que a tipologia partidária canônica chamaria de *Catch-All Party*, um *partido pega-tudo*. (KIRSCHEIMMER, 2012) Assim, naquele contexto do bipartidarismo, haveria um partido de quadros, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), o partido oficial da Ditadura Militar, e um partido *Catch-all*, o oposicionista MDB.

Porém, esse mesmo MDB já não continha, também, em si, características do chamado Partido de Quadros? O MDB foi formado, basicamente por parlamentares que já possuíam uma história pregressa de atuação política e uma base política própria, oriundos do quadro partidário

¹ Mestre em História, Doutorando em Ciência Política, UFRGS, rflameira@gmail.com

² Doutor em Ciência Política. Professor do Departamento e do PPG em Ciência Política da UFRGS. Orientador.



anterior ao Golpe de 1964. A reforma partidária que instituiu o Bipartidarismo determinou sua criação, essencialmente, pela via parlamentar – para existir o partido precisava da assinatura de um terço dos deputados federais e um terço dos senadores. Portanto, formado no parlamento, independente de organização social precedente, por quadros parlamentares, de variadas composições ideológicas, que obrigou o partido a se organizar com significativa autonomia de suas instâncias e regionais, elaborados a partir de estruturas dos partidos extintos. Além disso, possuía pouca consistência ideológica, embora com auto teor programático em torno da redemocratização (KINZO, 1988) Contudo, sem vinculação com classe específica ou categoria profissional, e com seu discurso programático não criando polêmicas profundas com segmentos diferenciados da sociedade que eram contra a Ditadura, como liberais conservadores e socialistas. Sem acesso ao aparelho de estado no nível federal, se empenhou, contudo, nas eleições proporcionais e nos executivos das grandes cidades onde havia eleições diretas. Portanto, algumas das principais características identificadas por Maurice Duverger como constitutivas dos partidos de quadros, estão aqui presentes, assim como as características principais apontadas por Kirscheimmer na definição dos partidos *Catch-all*. (DUVERGER, 1970; KIRSCHEIMMER, 2012)

Depois da reforma partidária e do retorno ao multipartidarismo, o MDB foi transformado em PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Desde então tornou-se comum caracterizá-lo como um “partido sem ideologia”, voltado apenas à disputa eleitoral com a finalidade de extrair recursos do Estado e que, para isso, continua aceitando qualquer perfil de filiado em suas hostes, com grande autonomia entre suas instâncias e organizações regionais. Assim, ele não só manteria as características do *Catch-All Party*, como também incorporaria alguns elementos do que mais recentemente seria chamado de *Cartel Party*, ou Partido Cartel (KATZ; MAIR, 1995 e 1996) Com isso, o partido atualmente seria uma espécie de bricolagem de partes de cada tipo partidário, resultando numa “espécie” improvável de organização política. Essa sobreposição de características diferentes, e a dificuldade de encaixar o PMDB nas formas tradicionais da tipologia partidária levariam ao entendimento de que estamos tratando de um ornitorrinco partidário – uma aberração taxonômica.

Nosso objetivo neste trabalho é questionar essa percepção mais ou menos generalizada sobre o PMDB. Para isso, vamos apresentar o PMDB a partir da abordagem tradicional das tipologias partidárias canônicas, através dos trabalhos já existentes sobre o partido. Procuraremos, assim, questionar a validade e aplicabilidade das tipologias partidárias para analisar contextos históricos e



sociais bastante diferentes daqueles que serviram de base empírica para a construção indutiva dos tipos canônicos utilizados pela literatura comparada. Será demonstrado como o partido pode ser identificado com várias dessas tipologias, apresentando muitas das suas principais características, o que tende a gerar uma confusão classificatória. Também questionaremos a insistente adoção do tipo partido de massas como um ideal normativo a ser seguido por todos os partidos. Da mesma forma, sustentamos, também, que a aplicação de tipologias e a consideração do partido de massas como o ápice desejável da evolução partidária não apenas são teoricamente inconsistentes como, do ponto de vista empírico, limitam as pesquisas, impedindo que as análises considerem os partidos como eles são em seu contexto ambiental e como eles procuram se adaptar para garantir sua sobrevivência organizacional. Finalmente, procuraremos defender uma argumentação preliminar que a adoção de características variadas, identificadas com todos os tipos delineados pela literatura, não é uma aberração ou desvio de um caminho ideal a ser seguido, mas sim uma estratégia eficiente que garante ao PMDB a conquista de recursos de poder, que o tornou o maior partido do Brasil.

As tipologias partidárias canônicas.

Os partidos políticos são um dos temas mais tradicionais da ciência política. O desenvolvimento desses parece associado, em seu conjunto, ao desenvolvimento da própria democracia, apontou Maurice Duverger. (DUVERGER, 1970) Desde seu princípio, os estudos sobre as instituições partidos enquanto organizações políticas modernas foram intimamente associados à construção de tipologias partidárias que encerrariam em si, modelos ideais de organização, baseadas em determinadas características distintivas, que serviriam de modelo conceitual para comparação e classificação dos partidos em diferentes países e conjunturas. O próprio estudo sobre a organização dos partidos políticos acabou sendo confundido com o estudo sobre os tipos de partidos, tomados como pressuposto para a comparação, o entendimento e a classificação destes. Atualmente, dispomos uma ampla gama de tipologias classificatórias dos partidos, largamente utilizadas pela ciência política. Mesmo quando as pesquisas são voltadas para o questionamento da validade de determinada tipologia canônica, seu objetivo é a construção de uma nova tipologia, apenas sob um novo prisma, com novas categorias analíticas.

Os estudos partidários se estruturaram principalmente, ao longo do tempo, segundo Katz e Mair e Paulo Peres, sobre quatro principais tipologias organizacionais partidárias, com suas validades historicamente determinadas. São eles: o *Partido de Quadros*, elaborado por Duverger,



que corresponderia ao período inicial da Democracia representativa; o *Partido de Massas*, também de Duverger (1951), que corresponde ao sufrágio universal e entrada das massas urbanas na política; o partido *Cath-all*, elaborado por Kirchheimer (1966), correspondente ao período de elevada competição eleitoral depois dos anos 1960; e o *Partido Cartel*, dos próprios Katz e Mair (1995), que corresponderia aos últimos trinta anos de disputa e de alta dependência dos recursos estatais. (KATZ; MAIR, 2002 & PERES, 2009)

O primeiro tipo partidário moderno, o *Partido de Quadros*, teve seu surgimento, ligado ao dos próprios partidos políticos, através de grupos parlamentares que, para disputar as eleições, criaram os seus comitês eleitorais. A relação entre os grupos parlamentares, já detentores de mandato, e os comitês eleitorais para disputa de sufrágios ampliados determinaram a criação dos primeiros partidos, e da primeira tipologia dos partidos modernos. Sua origem parlamentar, endógena ao sistema político, composto pela elite, conferiu-lhe características distintivas e específicas. Reunindo pessoas ilustres para montar eleições e fazer a relação entre candidatos e eleitores, tinha na qualidade, e não na quantidade, seu elemento central: prestígio, habilidade técnica e quantidade de recursos. Seu vetor de origem, portanto, nasce dos parlamentares, passam pelos comitês eleitorais e resultam na estrutura partidária. Um conjunto próximo de grupos parlamentares e seus comitês eleitorais, dariam estrutura e vida aos primeiros partidos políticos organizados. (DUVERGER, 1970)

De forma sintética seria possível definir as principais características dos partidos de quadro, geralmente de elites (burgueses), com: 1 – pouca atividade de recrutamento, 2 – atividade partidária apenas eleitoral, 3 – financiamento autônomo das próprias elites partidárias, 4 – pouca complexidade administrativa, 5 – direção concentrada e personalista, 6 – alto grau de disputa interna entre poucos e pequenos grupos desvinculados da base, 7 – pouca consistência programática, 8 – baixa importância de fatores ideológicos e, 8 – estrutura decisória descentralizada e pouco hierárquica. (PERES, 2009)

O *Partido de Massas*, segundo tipo de partido criado historicamente e identificado pela literatura política, nasce da ampliação do sufrágio até sua universalização, e, portanto, da competição eleitoral. Esse ambiente, delimitado entre o fim do século XIX e início do XX, marcou a ascensão das *massas proletárias* à participação política e impôs a necessidade de um novo tipo de organização partidária. Esse novo tipo, em um ambiente novo, lhe conferiu vantagens comparativas consideráveis. Os partidos de massa nasceram, portanto, de grupos sociais organizados, fora do



parlamento e do sistema político consolidado, que decidiram disputar o poder político no âmbito da competição eleitoral. Assim, o vetor de criação dos partidos de massa parte da estrutura organizacional, que criam seus comitês eleitorais e assim, depois, formar uma base parlamentar, de maneira a permitir o controle da organização sobre os eleitos. (DUVERGER, 1970)

Os partidos de massas seriam, portanto, geralmente socialistas ou comunistas, com características quase opostas aos partidos de quadro, e que poderiam ser entendidas assim: 1- permanente atividade de recrutamento, 2 – constante doutrinação e propaganda, 3 – contribuição financeira de todos os membros do partido, 4 – organização complexa com redes de unidades e subunidades, com uma burocracia permanente, 5 – pouco personalismo das lideranças, 6 – disputas internas orientadas por clivagens ideológicas, 7 – alta consistência programática, 8 – grande relevância de fatores ideológicos e 9 – estrutura decisória hierárquica e centralizada. (PERES, 2009)

Essa distinção dicotômica, elaborada por Duverger, a partir da origem, desenvolvimento e das consequências organizacionais de cada partido, acabou se tornando, no entanto, a contribuição mais utilizada e apropriada pela ciência política. Muitos estudos acabaram por copiar os modelos, tentando aplicá-lo em outras conjunturas e países, desconsiderando sua elaboração teórica e embasamento empírico. O partido de massas, inclusive, acabou se tornando, nas análises, mais que uma espécie partidária, mas como o tipo verdadeiro e mais desenvolvido de organização partidária, um ideal normativo a ser perseguido pelas democracias instáveis ou pelas novas democracias.³ Como apontou Paulo Peres, a despeito de a análise das organizações partidárias ter sido fundamentada em três grandes contribuições: a necessidade de considerar a origem e as características estruturais dos partidos na perspectiva evolucionista, a construção de um modelo formal para análise estrutural das organizações partidárias e a tipologia classificatória dicotômica entre partidos de quadros e de massas, apenas essa última contribuição tipológica foi destacada e exaustivamente utilizada pela ciência política. O que redundou tanto na tentativa de utilização desses tipos de partido em realidades diversas, como na elaboração de sucessivas novas tipologias. Assim, para esses pesquisadores, sua teoria estaria obsoleta, fencida junto com os modelos aos quais se debruçou. Contudo, segundo aponta o autor, nenhuma teoria sobre as organizações partidárias estão isentas de problemas e as tipologias são sempre reducionistas diante da imensa variedade de organizações partidárias do mundo real de modo que a classificação destes exige uma boa dose de simplismo e várias exceções. Mesmo o caráter estático das tipologias não pode captar a



dinâmica das instituições sociais e sua mutabilidade, das quais os partidos não são diferentes. (PERES, 2009)

O modelo de partido conhecido como *Catch-all*, ou numa tradução pouco corrente de ser usada, “pega-tudo”, é concebido mesmo originalmente, como um sucessor quase necessários dos tradicionais e originais partido de massa e partido de quadros e de suas falhas de adaptação às mudanças da sociedade industrial após a segunda guerra mundial. A complexificação da sociedade industrial, o aparecimento de um mercado de consumo e a atenuação das rígidas estruturas de clivagens sociais, especificamente nos países desenvolvidos, tornaram os partidos individuais burgueses (de quadro) e de integração (de massas), obsoletos e em franco declínio. Originalmente o partido *catch-all* parece concebido como uma “evolução” temporal dos partidos de massa ao abandonar “seus esforços antes voltados para o enquadramento intelectual das massas” e se voltar completamente ao cenário eleitoral, na “tentativa de trocar a efetividade do debate mais aprofundado por uma audiência mais ampla e pelo sucesso eleitoral mais imediato”. Frutos do processo de ampliação da base social, trocando as classes e categorias específica e temas ideológicos potencialmente conflitantes, para a “captura” de uma clientela potencialmente ilimitada, de amplas base social, sem restrições classistas. Tal mudança é resultado da sua *desideologização* já em voga na Europa pós segunda guerra e de ampliação do Estado de bem-estar-social. (KISCHEIMMER, 2012, pp. 362-364)

A pressão exercida sob os antigos partidos de massa, mas também dos partidos de quadro que quisessem lograr sua sobrevivência, para conversão no partido popular *Catch-all*, seriam assentadas em algumas mudanças drásticas, que vou utilizar como suas características principais: 1 – drástica redução da bagagem ideológica do partido, 2 – Maior estreitamento entre grupos de lideranças da direção das organizações, 3 – sua contribuição à eficiência do sistema social, 4 – rebaixamento do papel do membro partidário individual, 5 – afastamento da referência da classe social específica ou clientela confessional para um recrutamento geral da população. 6 – garantia de acesso à variedade de grupos de interesse (ou de classes sociais). Por fim, a nomeação de candidatos para legitimação popular enquanto titular de cargos de governo torna-se, segundo Kirchheimer, a mais importante função desempenhada pelo partido *Catch-all*. (KISCHEIMMER, 2012, p. 380)

O *Partido Cartel*, por sua vez, seria o sucedâneo dos partidos *Catch-all* e seus antecessores, no contexto pós-industrial, a partir dos anos 1960. A perspectiva de análise se deslocada da relação partido-sociedade para a relação partido-Estado. Desta forma, ao perceber uma ligação mais forte



entre partidos políticos e Estado, o que resulta é um partido diferente, que não se encaixa necessariamente no perfil de partido de massa ou *catch-all*, mas que está distante da decadência anunciada. *Partido Cartel*, seria um partido menos dependente da sociedade e mais dependente do Estado. Um modelo que pode aparentar decadência quando julgado a partir das categorias essenciais aos modelos anteriores, porém, que se apresenta pujante nas suas características próprias e únicas – uma nova organização, caracterizada pela interpenetração entre o partido e o estado, bem como um padrão de “conluio interpartidário”.

Na tipologia do *Partido Cartel*, o Estado passa a ser o principal financiador da atividade partidária. Enquanto que o partido *Catch-all* dispunha de formas variadas de financiamento e o partido de massas dependia essencialmente das contribuições de seus filiados, o partido-cartel liberta-se da sazonalidade destes recursos e encontraria na estabilidade estatal um fluxo de caixa mais estável e num montante condizente com as despesas em que os partidos incorrem dentro de uma realidade de campanhas capital-intensivas. Gerido por meio de habilidades administrativas, com o privilégio da eficiência, dentro do organograma partidário, imperaria um sistema baseado numa estratarquia, com um descolamento ou independência entre diferentes estratos dentro da organização. Neste sentido, os membros seriam muito mais considerados como indivíduos dentro do partido do que como corpo organizado. Se nos partidos de massa havia forte atividade de recrutamento e a noção de que os filiados consistiriam em um corpo razoavelmente uníssono, e se nos partidos *Catch-all* a filiação era encorajada a todos e havia um compromisso dos membros de estratos mais baixos em promover uma militância ativa, no partido Cartel o centro privilegiado são os indivíduos. (KATZ; MAIR 1995 e 1996)

Em sua formulação original, seis características/funções fundamentais que vou considerar como suas características principais desse tipo de partido: 1 - Centralidade na busca por cargos públicos, 2 – organização baseada numa Estratarquia, com independência entre diferentes estratos dentro da organização, 3 – Distância em relação à sociedade e sua representação, 4 – relações simbióticas com o Estado e dependência de seus recursos, 5 – atuação “cartelizada” de monopólio do acesso as estruturas do Estado e manutenção de privilégios, 6- com restrição de entrantes no processo político, com barreira a participação de novos partidos no sistema de cartel. (KATZ; MAIR, 1995 e 1996).

Como é claramente perceptível, mesmo em sua elaboração, essas tipologias clássicas foram construídas como sucedâneos entre si, uma evolução dos tipos partidários no tempo, e nas formas



de organização. Estes são, com variações, as classificações tipológicas mais utilizadas pelos estudos dos partidos políticos enquanto organizações em diferentes países e conjunturas. Indo mais além, tornou-se comum utilizar o modelo do partido de massas como o tipo normativo de organização partidária, ou seja o ideal a ser seguido, o modelo desejável. Tal construção, junto com a padronização da utilização das tipologias, operou um deslocamento de sentido das pesquisas empíricas que, ao invés de escrutinar as organizações partidárias em buscas das suas características constitutivas, especificidades e elementos próprios, passou a examinar as organizações em busca das características que deveriam possuir, que as encaixasse em algum modelo definido a priori, ou aproximadamente, quando não, numa distorção mais profunda, buscar as características ideais de um partido político desejável, identificado com o partido de massas – ideológico, amplamente organizado, de vida perene, centralizado, etc – desqualificando aqueles que não a possuem, tratados como não-partidos ou partidos distorcidos ou não desejáveis.

Para além desses modelos, outras tipologias poderiam ser levantadas, elaboradas com base em críticas ou às generalizações e problemas teóricos, ou à aplicabilidade empírica dos modelos majoritários. Contudo, acabam incorrendo no mesmo problema classificatório de tentar encaixar realidades dispares em modelos pré-definidos de organizações no tempo e no espaço. (WOLLINETZ, 2002 E PERES, 2009). Como o foco deste trabalho não é um estudo sobre a totalidade das tipologias partidárias vou me deter nestes quatro modelos principais, com os quais, geralmente, como vou passar a argumentar, o PMDB é associado pela literatura, com maior ou menor ocorrência para cada um deles. Exceção feita ao *Partido de Massas*, ao qual a exclusividade, no Brasil, é reservada, pela literatura, ao PT.

Os quadros embarcam no ônibus: origem e evolução do MDB

Em 1964 um Golpe de Estado Civil-Militar deu fim a experiência democrática brasileira que vigorava desde 1945. Os militares que se impuseram na coalizão civil-militar que articulou o Golpe de Estado, instalaram, progressivamente, seu projeto de poder em detrimento das aspirações de seus líderes civis. Longe de aprofundar o debate, parece claro hoje, na historiografia, que a Ditadura Militar que se seguiu não estava necessariamente contida no Golpe de 1964, embora seu projeto de poder ali já estivesse explícito. Foram os processos políticos e as crises internas que moldaram, nos momentos que sucederam o golpe, uma ditadura de feição eminentemente militar. A Ditadura



Militar foi sendo consolidada na condução do primeiro General a assumir a Presidência, Castelo Branco. Seus insucessos políticos, as crises internas e a ansiedade dos líderes civis que construíram o Golpe de Estado ao lado dos militares, levaram ao fechamento progressivo do regime, aprofundando a operação saneadora da política, dirigida contra aqueles considerados perigosos ou subversivos, com o fortalecimento da força chamada de Linha Dura, dos militares. (FICO, 2013)

A aspiração inicial da nova coalizão no poder, nos dizem as pesquisas existentes sobre a Ditadura, era manter alguma fachada democrática, em nome da qual o golpe fora desferido. Uma dessas iniciativas, a que mais interessa nessa pesquisa, foi a manutenção do Sistema Partidário então vigente e do congresso Nacional em funcionamento, mesmo que profundamente alterado pelas cassações de mandatos e suspensões de direitos políticos, nos primeiros meses após o Golpe de Estado. Apenas em outubro de 1965, mais de um ano após o Golpe, os militares extinguiram o sistema pluripartidário vigente, pelo Ato Institucional Nº 2 (AI-2). Tal ato, fora a resposta imediata dos militares à fragorosa derrota eleitoral sofrida pelos candidatos do regime nas eleições para Governador do Estado nos importantes redutos da Guanabara e de Minas Gerais, às tensões provocadas pelos setores mais radicais das Forças Armadas, e às derrotas que o Governo Castelo Branco sofreu no Congresso Nacional. Tais derrotas foram a tentativa legislativa de por em prática as medidas radicais de repressão propostas pelos militares para fechar ainda mais o regime e dar mais poderes ao executivo. Pouco tempo após a edição do AI-2, o Ato Complementar 4, de novembro de 1965, estabelecia as novas regras para reorganização do Sistema Partidário Brasileiro. Nas regras impostas, as novas organizações, que ainda não tinham o caráter de partido, deveriam obter, para serem registradas, apoio de um terço dos deputados federais e um terço dos senadores.

A intenção do governo era tornar oficial o que na prática se organizava desde a eleição de Castelo Branco no Congresso Nacional, um Bloco Parlamentar amplamente majoritário de apoio ao Governo, composto pelos parlamentares leais, independentes dos seus partidos anteriores. A manobra tinha o objetivo de formar um grande partido do governo, com até dois terços dos congressistas, e uma oposição consentida, de fachada, e com pouco poder, ao menos sem poder de enfrentamento ou veto à agenda do executivo, com apenas um terço dos congressistas, na medida em que os principais líderes de esquerda ou opositores ao Golpe de Estado, que se aglutinariam na oposição, já haviam sido cassados, assim como seus direitos políticos. Era evidente que as forças contrárias ao Regime saíam em profunda desvantagem na reorganização partidária, como o governo já havia previsto. No projeto de poder dos militares, essa oposição institucional,



consentida, fazia parte dos planos da constituição de um regime político híbrido, composto por procedimentos mínimos constitucionais com poderes arbitrários do Executivo, controlado pelos militares, com legitimidade no apoio civil.

Os parlamentares que se alinhavam ao projeto do Governo e que, em sua maioria, haviam apoiado o Golpe de Estado, se aglutinaram na Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Os parlamentares que se opõem de alguma maneira ao governo, ou mesmo, defendiam a necessidade de retorno à democracia, organizaram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), reconhecido pelo TSE em março de 1966. (KINZO, 1988) A principal característica de ambos os partidos, no que tange esse trabalho, do MDB, era a confluência das mais variadas tendências políticas que, por razões de sobrevivência, precisavam conviver dentro da mesma organização. Para Maria Kinzo, portanto, a clivagem entre ARENA e MDB não obedeceu uma cisão claramente definida entre os partidos conservadores, de um lado, e partidos trabalhistas de outro e foi fruto de uma formação artificial, dada a própria origem parlamentar e institucional dos partidos. Características essas que criariam, para autora, os traços constitutivos centrais do MDB, em sua trajetória posterior: o caráter de frente política plural, aglutinadas sob a bandeira vaga da democratização, sua vocação eminentemente eleitoral, dada sua formação dentro do parlamento e que tinha nas eleições o espaço privilegiado de atuação política, baseado nas restrições de ser um partido de oposição num regime autoritário. (KINZO, 1988) Há discordância na literatura, no entanto, quanto essa formação. Rodrigo Pato Sá Motta sustenta, baseado nos números de filiações do MDB oriundos dos antigos partidos que, mesmo com a sua pluralidade inicial, houve uma preponderância de membros oriundos do PTB e das hostes reformistas, mesmo que no PSD. Assim, ele sustenta que o MDB, em seu programa e sua atuação situou-se num campo político que poderia ser chamado de centro-esquerda. Seu programa, embora refletisse a pluralidade da composição, foi unificado não só no retorno à democracia, mas também incluía reivindicações quanto a defesa da questão nacional e de reformas sociais, embora vagamente definidas no seu programa, pela falta de consenso entre seus membros.⁴ (MOTTA, 1997)

Essa vocação eleitoral impregnou o MDB em seu desenvolvimento, de uma concepção extremamente localista. Ainda sim, com restrição de acesso aos cargos dos executivos, nacional e estaduais, e o esvaziamento das funções do parlamento, tornaram os executivos municipais espaços

⁴ Estatisticamente Motta aponta que 50% dos deputados e 59% dos senadores do MDB eram oriundos do PTB, enquanto 30% dos deputados e 27% dos senadores. PTB e PSD juntos eram 80% dos deputados e 89% dos senadores do MDB.



de poder decisivos para atuação do partido, e os prefeitos, se tornaram importantes lideranças políticas. Com o retorno das eleições estaduais em 1982, essa tendência localista mudou de nível e os governadores passaram a assumir o papel de líderes partidários, foco da atuação do partido. Esse processo criou uma fragmentação de poder e a preponderância de grupos estaduais sobre a dinâmica nacional do partido, que teria sido o mote da estabilização da coalizão dominante nacional. (KINZO, 1988)

Outro tema central no estudo das organizações partidárias é a relação entre partido e sociedade civil ou, a representatividade das organizações Partidárias. Rodrigo Patto Sá Motta estudou a relação do MDB, enquanto partido de oposição, com a sociedade civil durante a ditadura, a fim de aferir, justamente, sua representatividade social, ou sua artificialidade institucional, argumento geralmente utilizado para deslegitimar o partido. O MDB cumpriu um importante papel institucional de representação do sentimento oposicionista da sociedade brasileira, e se credenciou, após sua fragilidade inicial, e o aprendizado de estratégias institucionais e sociais de atuação, a partir de 1974, como agente central da transição democrática do país. Contudo, a relação do MDB com suas propaladas bases sociais fora variável ao longo do tempo, portanto, não linear, entre momentos de isolamento quase absoluto, à fase de significativo enraizamento social. De 1966 até meados da década de 1970, o partido sofreria com profundas dificuldades organizativas, sua pluralidade interna, ausência de programa claro, e desconfiança em relação à sua própria legalidade consentida pela Ditadura, manchou o MDB com o descredito de oposição consentida e submissa. A partir da vitória eleitoral de 1974, contudo, abrir-se-ia uma fase profícua marcada pelo “despertar” democrático da sociedade, de onde o MDB emergia com outra imagem, renovada, como polo importante para setores sociais que se opunham à ditadura. Setores que cresciam progressivamente com a perda de legitimidade cada vez maior da ditadura. A partir de então, a legitimidade do MDB cresceu e se fortaleceu a ponto de o Regime manobrar para tentar fragmentá-lo, com a reforma partidária de 1979. (MOTTA, 1997)

Mesmo com um número muito reduzido de trabalhos de pesquisa sobre o MDB em sua formação podemos deduzir, de suas qualificadas elaborações, argumentos importantes no estudo da gênese e desenvolvimento da instituição partidária enquanto organização. É perceptível, nessa aproximação inicial com a gênese do PMDB, através do então MDB, características associadas a diversos tipos partidários em medidas semelhantes, até mesmo com algumas alterações ao longo do tempo. O que sugere uma grande capacidade de adaptabilidade. Primeiro, em sua formação, é



possível identificar a origem de um *partido de quadros*, mas com algumas características de *partido de massas*: interna ao parlamento, através de parlamentares (líderes) e suas redes, mas com a formação da organização partindo do centro, da direção nacional, pras organizações regionais; com forte pluralidade interna, com autonomia dos grupos internos e das direções regionais, mas com uma linha de atuação convergente. Alternou momentos de distanciamento da sociedade, característico tanto do partido de quadros, quanto do *Catch-all*, com momentos de alta representatividade social, típica dos partidos de massa.

Em partes quase iguais é possível distinguir uma série de características que podem associar o MDB ao modelo de partido *Catch-all*: formada por parlamentares de várias matizes, sintetizada na metáfora do partido-ônibus, aonde todos estavam embarcando. Mas não só. Também com baixa consistência ideológica, ao passo que o partido abrigava desde comunistas não cassados do antigo PCB e trabalhistas do PTB, até liberais democratas que se opunham à Ditadura, oriundos da UDN, ou mesmo do PSD. Não se limitava à identidade ou representação de uma classe ou categorias específicas, mas ao maior número de membros e eleitores possível. Contudo, se focou no público que desaprovava o regime autoritário e o governo dos militares. Plural, ideologicamente, não se posicionava fortemente em temas que pudessem o afastar de uma ampliação de base social, mas, foi coerente do ponto de vista programático, tendo no centro do seu discurso e da sua prática o combate à ditadura, através da atuação institucional, e o retorno ao regime democrático. Teve como foco, a atuação voltada para a eleição e a conquista dos espaços públicos, onde esses eram disponíveis, como no parlamento e nos executivos locais, das grandes cidades, se tornando um partido altamente enraizado, de grande capilaridade, e de caráter eminentemente local e até mesmo regional, quando do retorno das eleições para governadores de Estado, em 1982. Compósito este, constituído de elementos dos modelos tanto de partido de quadros, quanto de partidos *Catch-all*.

O que os estudos sugerem, até então, é a alta recorrência e justaposição de características identificadas como fundamentais em vários tipos ideais canônicos de partidos político, principalmente do *Partido de Quadros*, de Duverger, quanto do *Partido Catch-all* de Kirchheimer. Até mesmo alguns elementos de *Partido de Massas* puderam ser identificados. O que sugere que o partido pode, adequadamente, ser identificado com vários tipos partidários. Ou, poranto, em nenhum deles. O que pode até mesmo ampliar e aprofundar nossa visão acerca da organização partidária, do ponto de vista empírico. Olhar para o partido não apenas limitado pelas características das tipologias disponíveis. Até porque, essa miríade política que compôs o MDB, essa



complexidade, é o elemento central que justifica o seu forte crescimento, fortalecimento e sucesso eleitoral e político, desde a eleição de 1974, onde obtém expressivos resultados, até a eleição de 1986 onde elege vinte e cinco (25) dos vinte e seis (26) cargos de governadores de Estado em disputa; e, até mesmo, ao assumir a presidência da República, derrotando o candidato da Ditadura Militar, mesmo no colégio eleitoral, com Tancredo Neves, em 1985. Tudo isso, embalado por uma ampla campanha de massas dirigida pelo MDB conhecida como “Diretas Já”, que exigia o retorno da eleição direta para Presidente da República, inexistente desde 1964. Mas isso é tema para o próximo tópico. Essa sobreposição de características diferentes, no mesmo partido, sustentou sua adaptabilidade a contextos políticos diferentes e mudanças bruscas na institucionalidade.

A reforma partidária de 1979 foi arquitetada pela Ditadura Militar para enfraquecer o MDB e dividir as oposições, em franco crescimento desde 1974. O objetivo era extinguir a vitoriosa sigla, criando a obrigatoriedade da palavra *Partido* no nome, e a letra *P* na sigla das novas agremiações. Além disso, considerando a pluralidade da composição emedebista, parecia lógico aos observadores, e desejável ao regime, que criando a possibilidade, os diferentes grupos políticos internos se dividiriam e optariam pela criação dos seus próprios partidos, até mesmo, a retomada de antigas tradições, como os trabalhistas que recuperariam o antigo PTB e, em suas divisões ainda criariam o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Nem isso foi suficiente. Os dirigentes partidários e a maior parte dos membros da sigla decidiram por manter o velho partido, agregando, apenas, a palavra ao nome, e o *P* a sigla. Assim, do MDB fez-se PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Naquele momento, tido como o partido fiador do retorno a democracia, e de liderança da estabilidade institucional da redemocratização. Sustento, portanto, que os elementos disponíveis até então nos sugerem que essa justaposição e complexidade se ampliam quando da transformação do MDB em PMDB e do retorno ao multipartidarismo no Brasil. As especificidades, as complexidades, essa miríade de tipos partidários foram a força do partido que conseguiu se adaptar ao multipartidarismo. O que será tema da próxima seção.

O pluripartidarismo e a evolução do PMDB

Em se tratando do PMDB, após a reforma de 1979 e sua reorganização, ainda é gritante a escassez de trabalhos. Apenas recentemente há um movimento de retomada do estudo do PMDB enquanto organização. No centro do debate está o papel do PMDB no sistema político brasileiro,



como partido de centro fundamental para coalizões políticas, mas que se tornou coadjuvante no processo político, por não apresentar um projeto de país, nem elementos programáticos claros, preocupado “apenas” em disputar as eleições e obter cargos públicos, recursos estatais, em troca de seu apoio parlamentar. Um partido que aceita todos em suas fileiras, com vários grupos internos e forte autonomia dos diretórios regionais. Participou de todos os governos desde a redemocratização, mesmo de perfis ideológicos distintos, e sempre disputou espaço no Executivo, de acordo com “seu tamanho”. Essas são as características gerais atribuídas ao PMDB e sua organização. Vamos repassa-las organizadamente, de acordo com os trabalhos disponíveis nos últimos anos. Em maior ou menor medida, os argumentos aparecem na maioria dos trabalhos. Alguns deles, no entanto, apresentam argumentos originais com os quais debatarei no fim da sessão, retomando o comparativo e as análises sobre as tipologias partidárias e as especificidades do PMDB.

Apesar do relativo impacto da fragmentação partidária criada pela Ditadura Militar para enfraquecer o MDB, com a reforma de 1979, e o retorno do multipartidarismo, com o intuito de dividir e enfraquecer a oposição, a dinâmica plebiscitária vivida desde 1966, quando da criação do bipartidarismo, se manteve nos primeiros momentos, dando expressivas vitórias ao PMDB em 1982 e 1986. As sucessivas vitórias eleitorais da oposição pressionaram o regime para seu fim e forçaram o processo de abertura política. Da mesma forma, o PMDB esteve a frente da grande campanha pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, que determinava o retorno imediato das eleições diretas para Presidente da República, como forma de sepultar a ditadura, e acelerar o processo em curso de distensão lenta, gradual e segura, como era denominada e conduzida pelos militares. Mesmo com a derrota da Emenda Dante de Oliveira, o PMDB aliado com setores dissidentes da situação, que romperam com o regime e formaram a Frente Liberal, venceu a eleição para Presidente, com Tancredo Neves e à Vice-Presidente da República com José Sarney, antigo membro do regime, ainda no colégio eleitoral, em 1985. Essa vitória precipitou o fim da Ditadura Militar e seu projeto político que já duravam 21 anos.

As vitórias eleitorais de 1982 e 1985 provocaram grandes mudanças no PMDB que passou a atrair políticos antes aliados à Ditadura, que migraram de partido quando a oposição passou a assumir o protagonismo do processo de transição e ocupar espaços no estado após as vitórias eleitorais. Tal transformação produziu uma faceta progressivamente mais conservadora ao partido, que seria futuramente importante nas disputas internas e na condução dos seus rumos políticos. Ao mesmo tempo, provocou uma alteração profunda nas clivagens internas que, agora, não se dividiam



apenas entre grupos de parlamentares, mas governadores de estado que dispunham de vultosos recursos e cargos na estrutura do estado para reforçar sua liderança. Isso intensificou as disputas internas e a definição das lideranças e candidaturas partidárias.

A morte de Tancredo Neves levou José Sarney, aliado de primeira hora da Ditadura Militar, que migrou ao PMDB no processo de transição, a assumir à Presidência da República, nesse importante processo de transição política e retorno à Democracia. Seja pela instabilidade econômica ou pela instabilidade institucional, o governo Sarney sofreu forte desgaste e reprovação popular, talvez calcada na grande expectativa gerada pela recente democratização, que deveria “salvar” instantaneamente o país das mazelas da Ditadura. Fato que o malogro do Plano Cruzado idealizado pelo governo Sarney, os péssimos resultados na economia, o aumento do custo de vida criaram uma imensa reprovação que desgastou profundamente a imagem do PMDB junto ao eleitorado e ao povo brasileiro. Tal revés marcaria profundamente o partido nos anos 1990 com declínio eleitoral e derrota de seus candidatos a presidência. Até mesmo levou à redução das bancadas no Congresso Nacional. Impacto que passaria a ser superado nos anos 2000. Curiosamente, contrariamente ao apontado pelos estudos, a recuperação das bancadas no congresso foi posterior à estratégia de não lançar candidatos à Presidência da República.

A tentativa de recolocar o PMDB no debate sobre o sistema político brasileiro é recente, num esforço de retomada dos estudos empíricos sobre os partidos, para além do tradicional objeto do Partido dos Trabalhadores. Entre os motivos iniciais, e como argumento central, a atuação do PMDB como força centrípeta que reduziria a polarização da política brasileira e, portanto, atuaria como fiel de sua estabilidade. Para Bruno Pasquarelli e Fernando Bizzarro Neto, a existência de um bloco de Partidos independentes, cujo PMDB é o centro político, e sua força eleitoral, foi decisivo para consolidação do sistema partidário brasileiro, associado à estabilização da disputa presidencial, ao incentivar uma dinâmica centrípeta, que minimiza os efeitos da polarização entre os blocos ligados ao PT e ao PSDB, diminuindo as chances de instabilidade institucional do sistema político. Para os autores, preocupados com a estabilidade do desenho institucional brasileiro, o PMDB ocupa o centro do sistema político não por estar ao centro no espectro ideológico, mas por estar no meio de uma disputa política de forças polarizadas (PT e PSDB), enquanto uma força não alinhada. Até porque, não haveria, segundo os autores, diferenças ideológicas claras entre o grupo independente, que o PMDB lideraria (PMDB, PP, PTB e PR) do grupo alinhado ao PSDB (DEM e PPS). O PMDB, devido a sua capacidade de vencer eleições no nível estadual e local, seria, portanto, um



player decisivo do jogo político, colocando-o em condições favoráveis de barganha e participação política em governos de coalizão. O que explicaria sua atuação nos governos desde a redemocratização. Desta forma, sua atuação, como partido não alinhado, forçaria os partidos dos dois polos de disputa ao centro, pela necessidade do apoio de sua numerosa bancada no congresso nacional para a formação de coalizões políticas estáveis e maiorias parlamentares. (PASQUARELLI; BIZZARO NETO, 2012)

A centralidade do PMDB no sistema político brasileiro se mostra como um dos temas mais correntes dos trabalhos produzidos nos últimos anos. Paulo Vitor Melo, em sua dissertação de mestrado, buscou compreender o que ele definiu como uma das legendas mais bem sucedidas no sistema político brasileiro, um dos maiores partidos em número de prefeituras, representantes no legislativo e postos nos governos estaduais e federal, caracterizando-se por deter uma poderosa máquina eleitoral. Apesar de sua grande capilaridade e presença nas mais diversas regiões, bem como seu tamanho pujante, o partido raramente apresentou candidatos ao cargo de Presidente da República, mas permaneceu em posições centrais nas coalizões governamentais desde a redemocratização. Esse é outro argumento bastante recorrente e que povoa a preocupação dos pesquisadores e analistas da política, a participação do PMDB nos governos desde o retorno à democracia. Baseado nessas características que o autor entende como dominantes, e, tendo como base a tipologia clássica dos partidos políticos, tenta “descobrir” e definir o modelo que mais se aproxima do PMDB e que permitiu o seu êxito eleitoral. Literalmente, o objetivo do estudo é encontrar o modelo de partido em que o PMDB se encaixa, a partir de suas características, comparados aos elementos elaborados pelos teóricos para classificar os partidos. (MELO, 2013)

Sua conclusão é indicativa da complexidade e da variabilidade do partido em questão. O PMDB estaria passando por um processo de transformação de modelo, de um partido de tipo *Catch-all* para um partido de tipo *Cartel*. Transformação impulsionada pela necessidade de adaptação ao novo cenário eleitoral brasileiro de distanciamento ideológico entre eleitores e partidos políticos, e necessidade de ocupação de cargos para manutenção do financiamento estatal, para manutenção de sua rede de atuação. (MELO, 2013) Isso, mantendo características de manutenção da pluralidade interna, de abarcar a maior base social possível. Tal percepção aponta para essa variabilidade que venho apontando, e falha, justamente, na tentativa de encaixar simplesmente o partido num modelo estabelecido. A saída teórica, de insistir nos modelos como uma transição entre tipos diferentes, reforça a impossibilidade de enquadrar o PMDB em apenas uma tipologia, previamente



estabelecida. Convergimos na compreensão de que essa “conversão” ou modelo híbrido, que na prática é a justaposição de características é um fator determinante para o sucesso eleitoral e político do partido, que o mantem no *centro* (estratégico, não ideológico) da política brasileira. Contudo, essa operacionalização não escapa da constatação de que a política é dinâmica e o partido precisa sê-lo para se adaptar as mudanças de conjuntura. Tal transformação é apenas a característica principal do PMDB de não caber em nenhum modelo tipológico *a priori*.

Outro argumento fundamental dos novos estudos partidários empíricos sustenta que o PMDB perdeu o seu papel de ator principal da política brasileira para se tornar um coadjuvante do governo. Enquanto o PMDB da década de 1980 “tomou as rédeas” no processo de formação da nova democracia, a partir da década de 1990, ele tem se isentado de propor um projeto para o país e tem se mantido no papel de apoiador dos governos. Para Natália Maciel duas características fundamentais do PMDB atual foram construídas a longo prazo por um processo de *path-dependence*: a centralidade e o peso. A centralidade diz respeito à sua posição de centro no espectro ideológico da competição política brasileira. O peso se refere ao tamanho do partido, traduzido no número de cadeiras que ocupa no Congresso Nacional. Essas características tornariam o PMDB um parceiro ideal nas coalizões de governo: ele não apresenta preferências políticas definidas, o que facilita a barganha política, além de ter grande representação no Congresso Nacional, possibilitando a formação de maiorias para a aprovação da agenda legislativa do governo. Por fim, utilizando como fontes, entrevistas com membros do partido, ela conclui que o objetivo do partido são, através de emendas e cargos no executivo, mandar recursos para bases a fim de manter seus redutos eleitorais. Usando as palavras de um entrevistado, o PMDB seria “o partido do poder, pelo poder, com o poder”. (MACIEL, 2014 a)

O MDB tinha, em sua formação o caráter de frente ampla, contendo dentro de si, diferentes tendências da oposição que tinham como objetivo último, a democratização. Realizado seu programa, ou seja, com o retorno à democracia, o partido perdeu o seu norte não conseguiu se reposicionar em termos programáticos. Assim, nos anos 1990, o partido teria enfrentado uma “conversão institucional”, para enfrentar as novas questões postas pela redemocratização. Assim, o partido se perderia num conflito interno entre *oposicionistas* e *governistas*, que marcou a mudança da liderança nacional do partido, após a morte de Ulysses Guimarães. A autora sustenta que a herança do PMDB é a mesma das velhas raposas que compunham o PSD, fundadoras do MDB, como Ulysses e Tancredo Neves. Assim, com a democracia restabelecida e com a morte da última



raposa, Ulysses Guimarães, o partido enfrentou uma profunda indefinição quanto ao seu perfil e ao seu objetivo político. Dessa luta interna, emergiu vitorioso o campo que ela denomina de *governistas*, liderado por Michel Temer, que assume a Presidência do Partido e adota medidas de isolamento e progressivo enfraquecimento da ala oposicionista. Em sua tese, as características de fundação do MDB acompanharam e foram reforçadas pelo PMDB: a heterogeneidade de seus membros e a ausência de um programa político, que o constituiriam num partido de centro; a força dos líderes locais, responsáveis pela interiorização descentralizada do partido e o sucesso eleitoral, principalmente em eleições locais e para o legislativo federal. Aqui, a autora reforça seu argumento de que essas características criariam as duas principais características do PMDB no jogo político: a *Centralidade*, entendida como sua posição de centro no espectro político, dada a ausência de programa, e o *Peso*, traduzido no grande número de cadeiras no Parlamento. Características que o tornariam parceiro ideal na composição de qualquer governo de coalizão. Assim, além das características mantidas pelo autorreforço, a conversão institucional se daria pela substituição das velhas raposas pelos novos governistas no comando do partido, que teria dado origem à uma política governista, pelas vantagens de participação no governo para manutenção de bases eleitorais e clientelas políticas. Contudo, a autora segue sustentando a tese de que o PMDB aceitaria um papel coadjuvante na política, ao não apresentar projeto para o Brasil, nem lançar candidato à Presidência da República, para continuar participando dos sucessivos governos, independente de seu mandatário, para usufruir os benefícios materiais dessa participação, como cargos públicos e liberação de emendas orçamentárias. (MACIEL, 2014 b)

Parece problemático, mesmo a primeira vista, como passarei a desenvolver na sequência do texto, caracterizar o PMDB como coadjuvante na política brasileira. Desde 2010, reforçado em 2014, o partido detém a maior bancada no congresso nacional, além do maior número de governadores (sete eleitos em 2014) e uma ampla estruturação partidária por todo o país. Com influência decisiva na agenda política do país, nas votações parlamentares e nas políticas regionais, não pode ser considerado coadjuvante, nem mesmo pela cultura de supervalorização do poder executivo centralizado. Da mesma forma, não parece correto supor que a pluralidade interna, mesmo com sua estável flexibilidade, mesmo que não isenta de cisões, seja devida à inexistência de posições políticas e programáticas, mas sim, podemos supor que ela seja resultado de uma pluralidade de posições internas com líderes e grupos desde a esquerda até a direita, progressistas e conservadores, em diversos níveis e diversas regiões. Da mesma forma, a divisão binária entre



oposicionistas e governistas parece uma forma simplista de perceber e explicar essa pluralidade interna.

Outro avanço nos estudos sobre o PMDB foi a realização de uma pesquisa empírica sobre atuação do partido focado numa unidade federativa, o que permitiu captar singularidades específicas da atuação regionalizada do partido. O PMDB em São Paulo foi o objeto de estudo da dissertação de mestrado de Fernando Bizarro Neto, na Unicamp. Seu objetivo foi realizar um estudo de caso da trajetória do PMDB em São Paulo entre 1994 e 2010, para compreender as características organizativas básicas do partido e de sua liderança principal a nível estadual, Orestes Quécia. Bizarro Neto sustenta que o estudo apropriado do partido, deveria partir da não adoção de um modelo tipológico específico para não limitar o escopo da análise e as interpretações da pesquisa. Seu escopo é a organização do partido: como se organiza, quais recursos mobiliza, como ocupa o território, quais candidatos, as elites e os membros que seleciona e como soluciona as disputas internas. Isso, à luz das mudanças do ambiente de competição no qual o PMDB se inseriu no período democrático contemporâneo. O partido teria mantido até 2010 muitas das suas características de sua criação e organização, já observados por outros pesquisadores. Continuou tendo uma vocação localista, enfatizando a manutenção de uma ampla estrutura partidária em praticamente todos os municípios do estado em questão. As elites e os candidatos recrutados, manteriam um perfil semelhante aos primórdios da organização. Assim, como, a forma que ocupa o território do estado, focado no interior com especial destaque para as regiões de origem de suas principais lideranças, modelo montado historicamente por Orestes Quercia, e o que ele denomina de “quercismo”. Contudo, a manutenção dessa estrutura, associado à “presidencialização” da política estadual, de polarização entre PT e PSDB, enfraquecendo, assim, o papel das disputas locais, minaram as possibilidades de sobrevivência eleitoral do partido, no estado, em momento de reorganização do sistema partidário e do aumento da competição e fragmentação do sistema. Essa seria a causa do acentuado declínio experimentado pelo partido naquele estado. (BIZZARRO NETO, 2013)

Embora seu estudo pareça apontar numa direção diferente da tradicional classificação tipológica, o autor retoma o tema e defende que encontrou, no PMDB paulista, diversas características associadas ao modelo do partido *eleitoral-profissional*, como a adoção de estratégias mais pragmáticas de atuação, a utilização de serviços de profissionais da política, a clara vocação eleitoral historicamente manifestada pelo partido e o predomínio de suas elites com cargos eletivos.



Haveria, também, no entanto, características associadas ao partido *Cartel*, como sua dependência de recursos públicos para a manutenção organizativa ou seu afastamento da sociedade civil, depois dos anos 1980. Fundamentalmente, portanto, a análise do PMDB transitaria pelas características de diversos modelos de interpretação dos partidos. Conclusão semelhante à anterior de Paulo Melo e que demonstra, mais uma vez, essa miríade de justaposições que conforma o PMDB.

Contudo, o autor partiu dessa crítica a complexidade que escapa aos modelos tradicionais, para a utilização de uma nova classificação tipológica: o partido *máquina política* que enquadraria adequadamente, em seu argumento, o PMDB. Essas máquinas constituiriam organizações sofisticadas voltadas fundamentalmente para a conquista de votos através da distribuição de recursos e do acesso ao Estado. Modelo baseado e utilizado em larga escala nos partidos dos Estados Unidos, mas marginal em termos das tipologias mais utilizadas, fundada nos modelos europeus. Em sua trajetória, contudo, todas as grandes máquinas incorporam lealdades internas, normalmente mobilizando identidades previamente existentes, como nacionalidades ou religião. Sua organização buscou maximizar votos e recursos, particularmente nos espaços locais da disputa política. Para isso, mobilizou expertise, recursos e aliados, obtendo votos e distribuindo incentivos para seus membros. O PMDB de São Paulo, por fim, ao invés de um *boss* local e vários *prescint captains* espalhados por bairros e comunidades, teve sua organização em torno de um grande chefe estadual, Orestes Quércia, o *primus inter pares* das elites locais, o *boss* dos *bosses*. Por fim, questiona a simples interpretação de que partidos são dependentes do estado, e por isso querem ganhar a eleição a qualquer custo. Haveria mais que dinheiro, cargos e votos em jogo. Dessa forma, o partido assumiu um modelo de organização mais apropriado e eficiente para dar conta dos interesses de suas elites, construindo uma máquina política fortemente associada à política local. (BIZZARO NETO, 2013)

Como fica evidente, o PMDB é um partido complexo, de múltiplas facetas e possibilidades interpretativas. Sua organização demonstra não caber de forma simples em um modelo ideal das tipologias canônicas consolidadas de interpretação dos partidos políticos porque traz, em si, características de vários modelos partidários, e, até mesmo, elementos que vão além dos constructos teóricos tradicionais. Tese recorrente é a transitoriedade ou pluralidade de características tipológicas. Como já vimos, o MDB desenvolveu uma organização que poderia ser entendida tanto como *partido de quadro*, quanto partido *Catch-all*, ou até mesmo um partido *Cartel*. Portanto, o mais adequado é compreender que essa pluralidade inviabiliza a utilização das categorias



tipológicas para análise adequada e apropriada do partido enquanto organização. Agora, da mesma forma, o PMDB pode ser entendido apenas se operarmos um constructo que novamente justaponha características de diversas tipologias distintas, como os próprios autores já trabalhados demonstram.

Sua atuação, após a reforma de 1979, a redemocratização e as sucessivas vitórias eleitorais, trouxeram muitos políticos antes adversários para dentro do partido. Tal operação reforçou a atuação dos grupos parlamentares no interior do partido, a autonomia dos grupos regionais, agora controlado por poderosos governadores de estado, e aumentou a base social e política passível de ser recrutada. Seu pragmatismo foi crescente, assim como a ocupação dos espaços políticos. Tal processo é paralelo e concomitante com um ainda maior enfraquecimento ideológico, e mesmo programático do partido, que tentou se reformular de partido que buscava a democracia, para o partido que realiza a democracia, como fiador institucional do regime. Sua atuação localista e fortemente capilarizada se manteve como característica importante de sucessivas eleições proporcionais bem sucedidas e de um grande número de filiados. O PMDB participou da maior parte dos governos desde a redemocratização, com pequenos intervalos de tempo fora da estrutura do estado. Tal participação foi sustentada na sua força parlamentar e estrutura organizada de partido pelo país. É compreensível, portanto, que pesquisadores presos às tipologias vejam nessa participação e nessa força, elementos de cartelização da atuação do PMDB, como dependência da estrutura e do financiamento estatal. Todas essas características presentes no desenvolvimento do partido podem ser identificadas em todas as tipologias canônicas. Temos elementos de *Partido de Quadros*, de *Partido Catch-all* e também do chamado *Partido Cartel*, agregado como elemento novo na conversão institucional do MDB em PMDB. É possível até mesmo tentar encaixá-lo em novas tipologias, como a *Máquina Eleitoral*, no modelo americano. Então, será possível continuar a estudar o partido, com todas as suas especificidades, presos às amarras e às viseiras das tipologias canônicas? Indo um pouco mais longe, não seria também, um indicativo dos limites que as tipologias impõem aos estudos sobre os partidos políticos brasileiros?

O lugar do PMDB e os limites das tipologias.

Mesmo bons estudos já citados, incorrem em distorções teóricas para reenquadrar o partido em alguma categoria analítica prévia, ao invés de superá-las. Primeiro, o apelo é por uma fase de transformação, que não indica nada mais que o processo constante de dinâmica partidária de



adaptação ao seu ambiente. Ou seja, a política é dinâmica e assim, o partido também precisa ser para obter sucesso. Foi uma forma de apontar que o PMDB possui as características de mais de uma categoria tipológica. Em segundo lugar, a tentativa foi admitir essa pluralidade de categorias e enquadramento múltiplo, para partir para uma nova classificação tipológica a priori, apenas baseada em modelos de outra parte do mundo, nesse caso, os Estados Unidos. O conceito de *máquina eleitoral* não indica, também, mais do que as características fundamentais do partido político: profissionalização, fortalecimento do pragmatismo e a centralidade na busca por vitórias eleitorais. Tal constatação não é operacionalizada, em minha opinião, em grande medida, pela utilização do modelo do *Partido de Massas* como modelo normativo do que o partido deveria ser: fortemente ideológico, organizado constantemente, de alta representação social e de atuação além das eleições. Tal normatização afeta mesmo a capacidade de identificação e estudo dos partidos políticos e suas características distintivas. Até mesmo de observar que a força e o sucesso do PMDB, enquanto partido político, se dá justamente por essa justaposição complexa de elementos organizativos que permitem sua adaptabilidade e atuação prática e coerente com cada contexto específico, local, regional ou nacional.

Retomando a definição do professor Fernando Henrique Cardoso, não só o ônibus chegou ao seu destino, como iniciou uma nova jornada. Alguns passageiros desceram, muitos outros subiram, e o destino está sendo constantemente alterado à um horizonte que, quanto mais se aproxima, mais ele se afasta. Mas ele não é apenas isso. Ele é também isso.

Os dados demonstram, em 2014, que o PMDB é o maior partido do Brasil. Com dois milhões, trezentos e cinquenta mil, quatrocentos e oitenta e seis (2.350.486) filhados registrados, o PMDB supera o segundo maior partido, em número de filhados em quase um milhão.⁵ O PMDB também possui a maior bancada no Congresso Federal, com sessenta e seis (66) deputados federais eleitos em 2014 e dezenove (19) Senadores em Exercício em 2015. Elegeu, em 2014, os governadores de sete (7) estados brasileiros (SE, RS, RJ, TO, AL, ES e RO). Como comparativo, o Partido dos Trabalhadores (PT), partido da Presidenta eleita em 2014, possui setenta (70) deputados federais, mas somente treze (13) senadores e cinco (5) governadores. O Partido Progressista (PP), herdeiro da ARENA, possui em 2015 trinta e três deputados federais (33), apenas cinco (5) senadores e uma (1) governadora (RR). Os números da organização regional do PMDB também

⁵ Dados do TSE em www.tse.br/partidos. Atualizado em 20/04/2015. O Partido dos Trabalhadores, segundo maior, tem 1.584.178, quase 1 milhão a menos.



são impressionantes.⁶ Com Diretórios Regionais organizados nas vinte e sete unidades federativas brasileiras, ostenta uma bancada de cento e quarenta e seis (146) deputados estaduais. Sua capilaridade também chama a atenção. Organizado nas vinte e sete capitais, também possui diretórios em cinco mil e trinta e nove (5039) municípios do país, além de mil e sete prefeitos (1007), oitocentos e trinta e um (831) vice-prefeitos e quase oito mil (8000) vereadores.⁷ Números organizacionais que chamam a atenção dada a tese, repetidamente veiculada, sobre a fragilidade e fragmentação dos partidos políticos brasileiros e que colocam, entre outros motivos, o PMDB no centro da arena política nacional.

A maior parte do senso comum, do debate público, ou das análises mais superficiais sobre a política, frequentemente tratam o PMDB como o exemplo do antipartido, ou o modelo a não ser seguido. Partido sem ideologia, que faz alianças com todos, e qualquer um, que não possui programa ou posição ideológica, que busca o poder a todo custo, com forte vocação eleitoral e localista, que não verticaliza suas alianças e tem nos interesses regionais os preponderantes, que não apresenta um projeto de país, nem candidatos à presidente desde 1994 e, para piorar, participa de todos os governos após a redemocratização.⁸ Assim, ele é apresentado como portador de todos os defeitos do nosso sistema partidário, frequentemente definido no negativo, ou seja, por ausências, sem analisar sua organização, sua atuação, suas características fundamentais e suas especificidades. E mais, entender que seu sucesso eleitoral está alicerçado em suas especificidades e capacidade de adaptação ao ambiente político. Tais características, comumente atribuídas ao PMDB podem ser inferidas de ao menos três modelos de tipologias de partidos canonicamente estabelecidos na literatura sobre o tema. Na sua formação, enquanto MDB demonstrou poder ser pensado tanto como um partido de quadros, quanto como um partido *Catch-all*. Ainda sim, possuía elementos de um terceiro tipo, o Partido de Massas. Na sua evolução política, enquanto PMDB, não só manteve algumas das características anteriores, como desenvolveu elementos de adaptação a novos tempos e ao novo contexto institucional, chamados atualmente de Partido Cartel. Defendo que, na literatura, ou nas análises políticas, a incessante busca por modelos turva e oblitera a visão sobre os partidos políticos em sua complexidade e suas organizações. Indo mais além, as formas tipológicas

⁶ No site da Câmara dos Deputados constam 67 deputados federais em exercício e 5 deputados em licença para assumir cargos nas administrações.

⁷ Dados do TSE e do site oficial do partido www.pmdb.org.br.

⁸ A pequena exceção é o primeiro ano de Governo Lula, quando o PMDB indicou Rita Camata como candidata a Vice na chapa do então candidato a Presidente pelo PSDB, José Serra. Derrotados, optaram por não ingressar no governo Lula, o que viria acontecer apenas em 2004.



atrapalham a percepção sobre o sucesso político e eleitoral do PMDB enquanto organização, em suas especificidades e complexidades.

Híbrido, “cartel”, “cath-all” em transformação, grande coadjuvante, “Máquina Partidária”, o PMDB não se encaixa nas formas de nenhum dos modelos de partido pré-estabelecidos e, por isso, é tratado com adjetivos que ressaltam essas negatividades e sua teimosia em não se encaixar nas formas tradicionais dos tipos partidários. Mais preocupante, quando se define que o partido “não possui” as características “desejáveis” a uma definição normativa do partido político democrático, o partido de massas, criam-se definições desabonadoras, como se ser um partido singular, mesmo que pragmático e ter obido sucesso fosse o problema, e não as formas tradicionais, ou os ideais normativos de partido. Portanto, é fundamental ultrapassar essa abordagem baseada na ausência, ou negatividade. Ou seja, as análises daquilo que um partido deveria ser, segundo uma concepção normativa e, no caso do PMDB, não estariam presentes: partido sem ideologia, sem projeto de nação, fisiologista, clientelista, coadjuvante, etc. É importante avançar para uma análise que não se prenda aos modelos de partido, buscando características *a priori*, e perdendo as principais particularidades da pluralidade dos partidos. Precisamos cada vez mais de análises que se foque no processo político, nas características do partido, suas especificidades, sua complexidade, sua formação e organização, mostrando como ele se relaciona com as mudanças na conjuntura política. Dito de outra forma, na origem e na evolução da organização partidária. Alguns dos trabalhos aqui discutidos já apontam e começam a trilhar nessa direção. Contudo, ainda há alguns mitos a superar.

Por isso é preciso questionar a validade e aplicabilidade das tipologias partidárias para analisar contextos históricos e sociais bastante diferentes do contexto de sua elaboração. Isso pode ser um primeiro passo para contestar e própria utilidade empírica das tipologias partidárias. Também, é preciso questionar a insistente adoção do tipo partido de massas como um ideal normativo a ser seguido por todos os partidos. Entendo que a aplicação de tipologias e a consideração do partido de massas como o ápice desejável da evolução partidária não apenas são teoricamente inconsistentes como limitam as pesquisas, impedindo que as análises considerem os partidos como eles são em seu próprio contexto social e político. A adoção de características variadas, identificadas com todas as características atribuídas aos diversos tipos de partidos delineados pela literatura, não é uma aberração ou desvio de um caminho ideal, mas uma estratégia eficiente que garante ao PMDB dinamismo, adaptabilidade e a conquista de recursos de poder que o mantém com grande relevância no cenário político, e, a partir de 2010, o maior partido do Brasil.



Referências bibliográficas

- BIZZARO NETO, Fernando. **PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2013
- DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- FICO, Carlos. **O Golpe de 1964, momentos decisivos**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- KATZ, Richard; MAIR, Peter. The Ascendency of the party in Public Office: Party Organizational Change in Twentieth-Century Democracies. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (Ed.). **Political Parties**. Old Concepts and New Challenges. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- _____. Changing Models Of Party Organization and Party Democracy. The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, 01, 1995, pp. 5-28.
- _____. Cadre, Catch-All or Cartel? A Rejoinder. **Party Politics**, 02, 1996, pp. 25-34.
- KINZO, Maria. **Oposição e Autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vertice/Idesp, 1988.
- KIRSCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 7. Brasília, janeiro-abril de 2012, pp.349-385.
- MACIEL, Natalia. *O PMDB e a Democracia Brasileira: ator principal ou coadjuvante?* Texto apresentado ao IX Congresso da ABCP, Brasília, 2014 a.
- _____. **Velhas Raposas, Novos Governistas: o PMDB e a Democracia Brasileira**. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: UERJ, 2014 b.
- MELO, Paulo Victor. **O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político: de catch-all a cartel**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e Sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997.
- PASQUARELLI, Bruno; BIZZARO NETO, Fernando A. **O PMDB no centro do Sistema Político Brasileiro (1986-2010)**. Artigo apresentado ao VIII Congresso da ABCP: Gramado, 2012.
- PERES, Paulo. Revisitando a Teoria Geral dos Partidos de Maurice Duverger. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Nº 68, 2009, pp. 17-58.
- SERRA, José. **Os ônibus da política**. In: Folha de São Paulo. São Paulo, 1997. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz061007.htm>. Acesso em março de 2015.



1º SEMINÁRIO
INTERNACIONAL DE
CIÊNCIA POLÍTICA

ESTADO E DEMOCRACIA
EM MUDANÇA
NO SÉCULO XXI

UFRGS · PORTO ALEGRE
9, 10 E 11 SETEMBRO · 2015



WOLLINETZ, S. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. In: GUNTHER, R.; MONTERO, J.; LINZ, J. (Ed.). **Political Parties**. Old Concepts and New Challenges. Oxford: Oxford University Press, 2002.